

1

Introdução

Observando a realidade mundial, na atualidade, percebemos que vivenciamos tempos de crises sociais e ambientais, as quais apresentam como principal fundamento a primazia da racionalidade técnica, que ofusca “*outras racionalidades de cunho mais humanístico e naturalista*” (SIQUEIRA, 2009, p.15). Além da forma de desenvolvimento dominante, que classifica a natureza como um recurso, e desqualifica valores como justiça e equidade social.

Desse modo, nas relações entre sociedade e natureza têm prevalecido valores insustentáveis, injustos e incorretos, como reflexo das prioridades e condições “escolhidas” para o desenvolvimento da vida, dentre eles: o consumismo, a valorização do outro pela dimensão do “ter” e a visão da natureza como objeto. Desencadeando assim problemas que tomaram proporções globais, e geraram, com seu desenrolar, inúmeras crises, dentre elas: a crescente desigualdade social, o desrespeito para como o outro, a falta do senso de limites, de responsabilidade e de solidariedade socioambiental, a destruição da natureza e o aumento de problemas ambientais globais, a falta de uma relação afetiva entre os seres, associada à falta de cuidado com o outro e com o ambiente.

Estamos, conforme salientou Siqueira (2009), mergulhados em crises socioambientais, que afetam diretamente a vida, sendo urgente pensarmos em possíveis caminhos que tragam soluções para a redução das crises mundiais experimentadas. Acreditamos, ainda baseados em Siqueira (2009), que uma solução possível para superar tais crises e problemas vivenciados está no resgate de valores éticos como solidariedade, respeito, cuidado e responsabilidade socioambiental, focados em racionalidades que prezem pela vida digna, pelo ser humano e pela natureza como sujeito de direitos e deveres, buscando uma visão integrada da realidade, onde haja a inseparabilidade das condições de (re)produção sociais e ambientais.

As discussões elaboradas neste trabalho surgiram no bojo dos questionamentos, inquietações e preocupações frente aos problemas socioambientais enfrentados por nossas sociedades (observados em meu dia-a-dia

como cidadã e profissional da educação básica), sendo fruto de um desejo de poder colaborar com a superação, paulatina, das mencionadas crises, contribuindo para a (re)produção e gestão de espaços de vivência sustentáveis, buscando o resgate de valores éticos, através da Educação Geográfica.

Nosso objeto central de estudo é o ensino da Geografia na Educação Básica. E em nosso trabalho, provamos como a Geografia Escolar, atuando segundo seus objetivos principais na escola, pode contribuir para o resgate de valores éticos, auxiliando na formação de alunos cidadãos capazes de gerir seus espaços de vivência, e relacionar-se em sociedade fundamentados na noção de sustentabilidades.

Cabe mencionar o fato de termos feito duas escolhas para nortear nosso trabalho, a fim de que os objetivos traçados fossem alcançados, de forma que pudessemos apresentar uma possibilidade concreta de aplicação das propostas aqui realizadas. Optamos assim por focar em um ano escolar específico, o 6º ano do ensino fundamental, destacando como a Educação Geográfica a partir do estudo do conceito geográfico de Lugar, em sala de aula, pode contribuir para o resgate de valores éticos.

Fizemos a opção de trabalhar com o 6º ano do ensino fundamental, observando os estudos de Jean Piaget, mais precisamente sobre a Teoria do Desenvolvimento Humano, desenvolvida por ele durante, principalmente, a década de 1970 (Bock, 2002, p. 127), a qual apresenta o período entre 8 e 12 anos, final da infância, como o momento onde começa a se formar a personalidade da criança. Para Bock *et al* (2002), baseando-se nos estudos de Piaget, esse período é marcado pela

“(...) organização autônoma das regras, valores, a afirmação da vontade, [*onde ocorre a construção de um projeto de vida*], é que vai nortear o indivíduo em sua adaptação ativa na realidade, [...] quando ocorre um equilíbrio entre o real e os ideais do indivíduo, isto é, de revolucionário no plano das ideias, ele se torna transformador, no plano de ação.” (p. 106 e 107)

Portanto, entende-se que o 6º ano do ensino fundamental, em uma situação regular, onde encontramos alunos com idade entre 10/12 anos, pode ser a etapa fundamental para concentrarmos nos estudos do real em relação como as proposições de cada indivíduo, trabalhando com o resgate de valores e criticando o modelo vigente para a formação de “projetos de vida”, de cunho político, onde a ação apresenta-se como ponto de extrema relevância para a construção de novas

racionalidades e lugares, (re)produzidos sob perspectivas sustentáveis. Acreditamos que nessa faixa etária os alunos estão em uma fase de seu desenvolvimento cognitivo, na qual podem afirmar a vontade de conceber seus espaços de vivência com agir ético e sustentável.

Assim, escolhemos trabalhar com o conceito geográfico de Lugar – dentre tantos outros conceito igualmente importantes para os estudos geográficos, como espaço, território, região, paisagem – por acreditarmos que o ensino fundamentado no lugar, espaço de vivência direto dos alunos, pode despertar neles sentimentos e sentidos, como identidade, pertencimento, afetividade, capazes de auxiliar na formação de indivíduos movidos por valores éticos para com a sociedade e seus espaços vividos, aptos e dispostos a relacionar-se com o meio e em sociedade de modo sustentável.

Desejamos por meio de nossos estudos evidenciar que a Educação Geográfica é um caminho eficaz para o resgate de valores éticos, contribuindo assim com a construção de espaços de vivência concebidos sob a égide das sustentabilidades, sendo este o nosso objetivo geral, amparado por outros três objetivos considerados específicos:

- 1) ressaltar a Educação Geográfica como um instrumental para a formação socioambiental ética e cidadã¹ do alunado;
- 2) demonstrar que o ensino do conceito de Lugar nas aulas de Geografia, com o 6º ano do ensino fundamental, pode contribuir para que o aluno perceba seu papel na constituição de seus espaços de vivência, devendo atuar de forma solidária, respeitosa, cuidadosa e responsável na sua construção;
- 3) comprovar a existência de uma relação simbiótica entre a Educação Geográfica e noção de sustentabilidades, propondo que tal noção faça parte do conteúdo programático da Geografia escolar, de forma que o ensino da Geografia na

¹ Baseados em Perrenound (2005) e Cavalcanti (2007), entendemos que a formação cidadã dos alunos encontra-se fundamentada na “*construção de conhecimentos e competências necessárias para fazer frente à complexidade do mundo e da sociedade, provendo os alunos de meios intelectuais para se informar, para formar uma opinião, para defender um ponto de vista através da argumentação, de modo a utilizar os saberes para desenvolver a razão, o respeito à maneira de ser e à opinião do outro, buscando o desenvolvimento de uma postura reflexiva, e de uma ética da discussão, realizando um trabalho com os valores, as representações e os conhecimentos que toda democracia, todo contrato social pressupõe, tornando o mundo inteligível, e ajudando a dominá-lo pela inteligência*” (PERRENOUND, 2005, p. 11 e 12). A formação cidadã está vinculada ao “*exercício do direito e à ideia de igualdade e de convivência com as diferenças, de respeito às identidades culturais, de garantia do diálogo, mas também do confronto e do conflito entre elas*” (CAVALCANTI, 2007, p.69).

educação básica, possa contribuir para a formação de espaços de vivência sustentáveis, sendo um meio para superar problemas socioambientais, auxiliando na construção de um mundo sustentável.

4) Conceber uma proposta metodológica, apoiada no arcabouço teórico-conceitual desenvolvido neste trabalho, capaz de corroborar e legitimar a proposta dessa dissertação de mestrado.

Entendemos que, através de um ensino de Geografia contextualizado, que proporcione um repensar, a partir da compreensão das relações e dos processos físicos, sociais e biológicos, os quais abrangem modos de produzir, existir e perceber diferentes espaços, podemos capacitar o aluno para o desenvolvimento de novas formas de ver, sentir e agir na/em sociedade. Por isso, defendemos que a Educação Geográfica oferece ao aluno base para estejam aptos a transformar a realidade de forma consciente (MAGALHÃES, 2005).

Segundo Magalhães (2005),

“A Geografia instrumentaliza os alunos, de modo que sejam capazes de se perceber como sujeitos da história e agentes da transformação social, tomando consciência do seu papel como partícipes dos destinos da coletividade, tendo sempre como meta a construção de um espaço no qual as relações entre os indivíduos produzam uma sociedade mais justa e harmônica. [...] Educa para o exercício da cidadania, considerando o aluno um sujeito do seu tempo, responsável e co-responsável pelo espaço em que vive.” (p. 3/ Manual do professor)

Queremos então, enfatizar que o professor² de Geografia, com a prática de uma Educação Geográfica politizada e contextualizada, pode construir com seus alunos, novos ideais, libertos das racionalidades tecnológicas/modernizantes, as quais vêem a natureza como um simples objeto, que deve ser dominado e utilizado pelo homem (o sujeito), bem como enfatiza nas relações sociais a valorização do outro pelo seu potencial de consumo, e conseqüentemente, por contribuir para processo de desenvolvimento e progresso da sociedade.

O ensino da Geografia, baseado na crítica de tais racionalidades, auxilia a formação de cidadãos reflexivos, autônomos, com habilidades e competências para (re)produzir espaços socialmente mais justos e ambientalmente mais

² Em seu livro *Ética Socioambiental* (2009), o Professor Doutor Josafá Carlos de Siqueira destaca a importância dos professores na formação ética do aluno, como podemos observar na seguinte citação: “Nesse processo de reeducação para a visão socioambiental integradora não podemos esquecer que o professor, como agente multiplicador e formador do ethos, exerce um papel fundamental no resgate dessa visão de totalidade”.

equilibrados, através da uma conscientização e do resgate de valores socioambientais éticos.

Vemos a escola, a qual tem a função de formar os alunos para a vida e para a vivência plena da cidadania (MORETTO, 2002), como o lugar onde a construção dos valores citados acima, baseados na solidariedade, no respeito, na responsabilidade e no cuidado (BOFF, 2009), tem sua experiência favorecida, pois na escola, onde ocorre o aprendizado de conteúdos conceituais, *“aqueles que constituem o conjunto de conceitos e de definições relacionados aos saberes socialmente construídos”* (MORETTO, 2002), ou seja, onde se constrói o conhecimento dos mais diversos saberes, podemos ter, também, a aprendizagem e a prática de conceitos atitudinais, os quais se referem ao trabalho com valores, atitudes e normas, norteados por princípios éticos (MORETTO, 2002).

Assim sendo, na escola, a Educação Geográfica encontra o local adequado para construir seus conhecimentos, fazendo críticas a modelos aplicados inadequadamente em nossas sociedades, mas também, propondo mudanças e capacitando os alunos para aplicá-las em suas relações socioambientais. Por isso, acreditamos que aplicar nas escolas projetos didáticos e/ou outras metodologias que instigam os alunos a pensarem em ideais socioambientais sustentáveis, buscando a (re)produção de espaço de vivência, pode ser um, entre tantos outros, caminho eficaz e eficiente para alcançarmos os ideais das sustentabilidades em nossas relações, e formas de concepção dos espaços.

Entretanto, devemos ter em mente, que esse é um caminho longo a ser seguido, e que por tanto, resultados claros só poderão ser vistos a longo prazo, pois, como vimos, é necessário primeiramente uma reeducação da sociedade, bem como um resgate de valores, para que a atuação desta possa ser focado em princípios éticos sustentáveis.

A necessidade de primeiramente realizar uma reeducação e um resgate de valores na sociedade, se faz presente, pois conforme citamos no início desta introdução as noções de equidade social, preservação ambiental foram subsumidas, pelas noções de desenvolvimento econômico, modernização tecnológica e progresso aos moldes dominantes, bem como os princípios norteadores e valores éticos encontram-se baseados na primazia da racionalidade técnica, do desenvolvimento com crescimento econômico, substituindo portanto,

valores essenciais, como respeito, cuidado e solidariedade com o outro (natureza e sociedade).

Sendo assim estudaremos o conceito/noção de desenvolvimento e suas implicações para os projetos socioespaciais das sociedades, a fim de enfatizar que a visão desenvolvimentista dominante, bem como o conceito de desenvolvimento sustentável, provocaram a utilização de formas e critérios de crescimento social muitas vezes inadequados à realidade e necessidades de inúmeras sociedades, pois foi apresentado erroneamente como um processo único a todas as sociedades, que desejassem o “progresso”.

Para Souza (1997) *“as teorias de desenvolvimento elaboradas no segundo pós-guerra (as quais ainda prevalecem como teorias dominantes) [...] em maior ou menor grau admitem ser vistas como comprometidas com o paradigma da simplificação³”* (p.48), uma vez que são monodimensionais, fazem separações simplistas entre endógeno e exógeno, abordagens monoescalares, negligenciam o papel do espaço, e têm caráter fechado, absolutizante e etnocêntrico (SOUZA, 1997). Ou seja, temos utilizado um padrão de desenvolvimento ultrapassado, o qual, ainda segundo Souza (1996), apresenta uma visão *“teleológica, etnocêntrica e capitalista [...], a exemplo da ideia-irmã de progresso”* (p. 10). Sendo assim, longe de ser um modelo capaz de ser aplicado a todas as sociedades (conforme pregavam os defensores dessa visão) o ideal de desenvolvimento dominante tem se mostrado insustentável e inalcançável, à medida que não respeita as diferenças socioespaciais, nem tão pouco o direito que cada sociedade tem de aplicar suas próprias noções de desenvolvimentos e sustentabilidades em suas relações, norteados por suas experiências e necessidades.

Assim, acreditamos que para alcançarmos a constituição de espaços marcados pelas sustentabilidades, precisamos trabalhar para que haja uma

³ Segundo Edgar Morin, a ciência clássica foi marcada pela condução de um pensamento simplificador, o qual operava sob os princípios da ordem, da separação e da razão, sendo um paradigma de disjunção e redução, sendo incapaz de abordar determinadas questões em sua plenitude. Logo, o mesmo estudioso, busca a reforma do pensamento, apresentando a necessidade de trabalharmos sob a ótica de um pensamento complexo, *“não abrindo mão da velha lógica mas, ao contrário, integrá-la em um jogo complexo”* (MORIN, 1999, p.30), ou seja, combinar o simples e o complexo, em um pensamento capaz de unir e fazer diferenciações, um pensamento aberto, baseado na lógica dos sistemas, sinérgica e informações. Por isso, quando demonstramos o pensamento de SOUZA (1996) sobre o desenvolvimento, queremos enfatizar que as teorias desenvolvimentistas encontram-se ultrapassadas, focadas em um pensamento que não observa a dimensão da totalidade. Sendo assim, de extrema importância, não apenas criticá-las, pois muitos estudiosos já o fazem, mas também buscar medidas para superá-las, e modificá-las. (SOUZA, 1997; MORIN, 1999).

resignificação/regeneração do conceito/noção de desenvolvimento, pois por agir como modelo e projeto civilizatório afeta diretamente as relações socioespaciais (SOUZA, 1996), marcando-as com seu caráter antiecológico e de injustiça social. Desse modo, concordamos com Souza (1996), que o conceito de desenvolvimento não deve ser entendido apenas como um conceito economicista, mas também social; onde não se deseje chegar a um único estágio final, ou seja, onde cada sociedade possa definir seus moldes e fins de desenvolvimento/crescimento, valorizando e priorizando os aspectos que mais lhes parecem necessários, respeitando as diferenças sócio-espaciais de cada localidade. Precisamos de

“Um conceito de desenvolvimento livre de ranço etnocêntrico [de modo à] acentuar a ideia de que cada povo, cada grupo social, deve possuir a autonomia necessária para definir o conteúdo desse conceito de acordo com as suas próprias necessidades e de conformidade com as suas características culturais.” (SOUZA, 1996, p. 10)

a fim de que possamos em fim pensar em aplicar os critérios da sustentabilidade.

Buscamos, assim, uma reforma no pensamento, modificar as formas fechadas, prontas de ver/entender o mundo, as quais, em muitos casos, estão mergulhadas em visões nomoescares, que desejam reproduzir modelos dominantes, e portanto são incapazes de reproduzir ou atingir a realidade de cada espaço, cada sociedade, e talvez por isso, reproduzam espaços de vivência permeados por constantes problemas e crises socioambientais.

Segundo Morin (1999), uma reforma no pensamento tem a escola como um local privilegiado para seu início, pois podemos “*nos beneficiar da maneira natural e espontaneamente complexa do espírito da criança, para desenvolver o sentido das relações entre os problemas e os dados*” (p. 34). Logo, nossa intenção de apresentar a Educação Geográfica como um viés eficaz para a busca das sustentabilidades do espaço, a partir do ensino da Geografia focado em valores socioambientais éticos, contextualizado e politizado, buscando mudanças no modo de pensar e de agir dos nossos alunos-cidadãos é coerente e necessária, pois, ainda segundo Morin (1999), “*uma reforma do pensamento só pode ser realizada por meio de uma reforma da educação*” (p. 10).

Desse modo, a fim de organizar um arcabouço teórico que nos ajude a alcançar nossos objetivos o trabalho encontra-se dividido em duas etapas: uma teórico-conceitual e outra experimental.

Na primeira, baseados na leitura de referências bibliográficas pertinentes ao tema, analisamos a Educação Geográfica, observando como esta pode contribuir para a promoção de sustentabilidades em nossos espaços de vivência, uma vez que podem auxiliar na formação ética e cidadã do alunado, em nosso caso, do 6º ano do ensino fundamental, tornando-os capazes de construir relações solidárias e respeitadas em sociedade e com a natureza; analisamos e criticamos a noção de desenvolvimento dominante, a qual apresenta-se esvaziada de valores éticos, priorizando o crescimento econômico e o progresso segundo o modelo ocidental (RUA, 2007), sem respeitar as peculiaridades, necessidades e autonomia de cada sociedade, sendo necessário (re)significá-la pensando em desenvolvimentos e sustentabilidades; e demonstramos como a Geografia em sala de aula pode contribuir com a formação para as sustentabilidades, em sua dimensão socioambiental, trabalhando com base em valores éticos com respeito, solidariedade, responsabilidade e cuidado.

Na etapa empírica propomos que a noção de sustentabilidades faça parte do conteúdo programático da Geografia escolar, gerando uma relação simbiótica entre a Educação Geográfica e a promoção de ações sustentáveis no espaço. Nossa proposição é realizada através de metodologias de ensino, com a elaboração de projetos didáticos, que favoreçam a formação socioambiental ética do alunado, preparando-os para o exercício da cidadania, construindo relações de afeto, solidárias, cuidadosas e responsáveis com o outro e com o meio ambiente. Acreditamos que tal simbiose pode ser um ganho tanto para o ensino da Geografia, como para a construção e gestão de espaços de vivências sustentáveis, nos âmbitos social e ambiental.

A dissertação é composta por três capítulos distintos, visando trazer um arcabouço teórico capaz de validar a proposição final desse trabalho: comprovar que a Educação Geográfica é um caminho para a formação ética e cidadã do alunado, propondo que, através do ensino do conceito de lugar, a tenhamos como um caminho para a promoção de espaços de vivência sustentáveis, através da redução de problemas socioambientais globais, com início em escalas locais.

No primeiro capítulo trabalhamos temas referentes à Educação Geográfica e ao conceito de lugar, demonstrando como a abordagem humanística de tal conceito, pensado sob o ponto de vista de seus elementos nucleares, como abrigo

e afetividade, sentidos gerados pelo sentimento de pertencimento ao lugar, pode contribuir para a formação cidadã e socioambiental ética do alunado. Destacando como a escola, através do ensino da Geografia, mais precisamente da Educação Geográfica, pode influenciar de forma positiva na construção de espaços de vivência marcados pelas noções de justiça e equidade, e pela presença de valores éticos como respeito, cuidado, solidariedade e responsabilidade.

Ainda nesse capítulo fazemos uma análise do passado da geografia escolar, observando como seus objetivos foram forjados e resignificados a fim de manter ou afirmar ideologias dominantes, como por exemplo, a de Estado Nação; demonstrando que é através do real objetivo da Geografia como disciplina escolar, que conseguiremos formar cidadãos éticos, críticos e reflexivos, com autonomia para pensar o mundo e atuar no mundo, uma vez que reconhecem o papel que desempenham para a construção socioambiental sustentável deste.

No capítulo dois faremos uma reflexão sobre o ensino da Geografia na educação básica, e traçaremos a evolução das noções de desenvolvimento(s) e sustentabilidade(s), objetivando analisar e verificar como a Educação Geográfica, através do trabalho com resgate de valores socioambientais éticos, auxilia na formação dos alunos do 6º ano do ensino fundamental, instrumentalizando-os para a construção e gestão socioambiental ética de espaços de vivência, tanto no presente como no futuro, tornando-os capazes de romper com antigas racionalidades, que conforme mencionamos são partes fundamentais para a geração das crises socioambientais mundiais da atualidade.

Já no capítulo três, etapa experimental dessa dissertação de mestrado, apresentamos a Educação Geográfica como um caminho em prol da construção de um mundo sustentável, começando pelo espaço de vivência dos alunos envolvidos. Assim, demonstramos a importância de incluir a noção de sustentabilidades e o trabalho com valores éticos como temas do conteúdo programático da Geografia escolar, apresentando a experiência vivenciada nas minhas turmas do 6º ano do ensino fundamental, em uma escola da rede particular de ensino, no município do Rio de Janeiro.

Desse modo, traremos os resultados de um projeto didático aplicado, no Colégio A, sendo ele uma metodologia de ensino que visava formar a consciência cidadã, (re)criar valores éticos e incentivar a prática de ações sustentáveis,

começando pela escola e pelo bairro de cada aluno. Esse projeto envolveu toda a comunidade escolar e a família dos alunos do 6º ano, as quais atuaram no processo de ensino-aprendizagem ensinando a tornar o ambiente em que vivemos socialmente mais justo e ambientalmente mais equilibrado, através da apresentação de suas pesquisas em uma Exposição Geográfica.

Ao final, enfatizamos que a construção e gestão de espaços sustentáveis têm a Educação Geográfica, com o ensino do conceito de lugar e resgate de valores, como uma aliada para sua concepção, percepção e existência. Pois, quando o professor da educação básica, em nosso caso especificamente da Geografia, trabalha com seus alunos propondo formar cidadãos com base em princípios socioambientais éticos, estes poderão desenvolver habilidades e competências, que os acompanharão ao longo de suas trajetórias.

E cientes de seu papel na (re)produção de seus espaço vividos, construindo relações de respeito e solidariedade em sociedade e com a natureza, os alunos buscarão implementar o que lhes foi apresentado na escola: a importância e necessidade de realizar ações éticas, para que tenhamos a construção de um mundo cada vez mais sustentável, a começar pelos lugares, que despertam em nós sentimentos de abrigo, afetividade, pertencimento, podendo ser a nossa rua, nosso bairro, e (quem sabe) a nossa escola.